

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT07.019](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT07.019)

GEOGRAFIA DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE: PROBLEMATIZAÇÕES EM DEBATE

Ítalo D'Artagnan Almeida

Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, italo.dalmeida@ufpe.br.

RESUMO

Este artigo tem como cerne a discussão sobre a importância dos estudos de Gênero e Sexualidade no âmbito da Geografia, visto que o debate sobre o tema se tornou premente na contemporaneidade. Desigualdade social, luta de classes, população, economia, etnicidades, territorialidade, espacialidade da cultura e demais fenômenos sociais são abordados na disciplina de Geografia, e é inverossímil a não compreensão da importância dos estudos sobre o Gênero e a Sexualidade para a apropriação da realidade socioespacial, principalmente no século XXI. Para tanto, a ciência geográfica tem como escopo a interpretação da sociedade e sua relação com o espaço, suas apropriações e transformações. Assim, preconceitos, desigualdades, homofobia, transfobia, sexualidade, gênero e demais discriminações interferem em como as inúmeras formas de vivenciar o gênero, principalmente os corpos dissidentes, agem e se apropriam de determinados espaços e vivências. A metodologia utilizada refere-se a um levantamento bibliográfico com base em autores como Foucault (1988); Butler (2008); Saquet (2010); Silva (2014) dentre outros para embasar a discussão deste estudo. Portanto, percebe-se a partir dessas matrizes do pensamento sobre o tema, que os fenômenos sociais impactam de forma diferente na vivência dos gêneros e de sua sexualidade, concebendo

aspectos dispares e complexos de ocupação e relação com o espaço por meio do poder que os determinam.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Geografia, Ciência.

INTRODUÇÃO

Ao que tange às reflexões sobre a Geografia e suas relações com o gênero, ou mais precisamente à Geografia do Gênero e da Sexualidade e também a Geografia Feminista, as produções científicas se encontram tímidas e invisíveis se comparada à produção hegemônica patriarcal tendo como frente os sujeitos masculinos. Ainda que existam algumas produções acadêmicas, elas são extremamente importantes pois permitem o debate acerca das desigualdades de gênero e a luta por cada vez mais igualdade. É necessário que esses temas sejam inseridos nos cursos de graduação, para que a partir daí se possa ampliar a produção acadêmica na área. Além disso, é importante que se incentive a participação feminina no meio acadêmico.

Para Silva et. al (2016) as estruturas epistemológicas que galgam o berço da construção da episteme dessas novas Geografias - do Gênero e da Sexualidade; e Feministas - pretendem aprofundar nos estudos sobre os modos de produção de espaço, de relações de gênero e de sexualidade, de hierarquias de poder, de produções socioculturais e de identidades de gênero e de orientação sexual. Elas se baseiam em questionamentos e novas formas de olhar os fenômenos geográficos, buscando identificar e eliminar as hierarquias de poder e as desigualdades sociais.

Essas novas Geografias também se preocupam em compreender e investigar as relações de poder que se estabelecem entre grupos sociais que se localizam em espaços geográficos diferentes, considerando a diversidade das relações de gênero e orientação sexual que neles existem,

Autores como Beauvoir (1980); Millet (2000); Ornat (2009); Butler (2011); Silva et. al (2013) entre outros são alguns dos responsáveis para a reflexão proposta neste artigo. Para isso, é importante entender que a obra de Beauvoir (2016) é particularmente importante, pois ela discute a importância da luta feminina pela igualdade de direitos, apontando a desigualdade de gênero como uma construção social; Millet (2000) oferece uma análise crítica da relação entre gênero e poder, enquanto Ornat (2009) discute a construção de identidades de gênero e a sua influência na forma como as mulheres experimentam o mundo. Ao que tange Butler (2011), a

autora aborda o conceito de performatividade de gênero e como o gênero é construído a partir das práticas e das experiências sociais; e Silva et. al (2013) investiga a maneira como as diferenças de gênero afetam a experiência das mulheres e demais gêneros em contextos educacionais e acadêmicos.

Esta temática é relevante pois os grupos minoritários e corpos dissidentes, ao longo dos últimos anos, tem demonstrado um aumento na conscientização de sua participação em espaços urbanos e regionais. Por isso, é necessário entender melhor como o comportamento socioespacial referente ao gênero e sexualidade afeta e é influenciado pelos espaços geográficos. Isso ajudará a desenvolver estratégias para a promoção da igualdade de gênero e da aceitação da diversidade sexual. Por meio da análise socioespacial, é possível identificar as desigualdades e discrepâncias que afetam os estes grupos e identificar medidas que possam promover a sua inclusão.

Além disso, a análise socioespacial também podem ajudar a compreender como a vivência do gênero e da sexualidade destes grupos subalternos se relacionam com as cidades, por meio de suas dinâmicas e conexões.

Ao que se refere a metodologia, foi realizado um levantamento da literatura existente sobre o tema. A partir deste levantamento foi possível estudar as relações entre o gênero e a sexualidade e o espaço geográfico, concluindo que estas relações são complexas e multifacetadas. Foi possível também concluir que as relações de gênero e sexualidade não são fixas, mas são influenciadas pela cultura, religião, economia e outros fatores sociais.

METODOLOGIA

O presente escrito tem como metodologia a pesquisa bibliográfica que delineiam em concordância com a temática, visando, assim, basear-se em fundamentos teóricos para a construção deste trabalho (PRODANOV; FREITAS, 2013).

No entanto, ao longo do artigo buscarei levantar algumas hipóteses, referentes a temática que estarão galgados nos pensamentos de Boccato (2006, p. 266) a partir do momento em que afirma que:

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Sendo assim, a discussão aqui presente, traz inúmeras possibilidades do fazer ciência, a ciência geográfica, pois engendra-se nas reflexões de gênero e sexualidade; e também do feminismo, por meio de seus conceitos e autores clássicos e atuais como Foucault (1988); Butler (2008); Ornat (2009); Silva (2014) dentre outros para embasar a discussão deste artigo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Geografia do Gênero e da Sexualidade define-se como o estudo sobre as desigualdades socioespaciais que não se restringem às disparidades sociais, todavia ao poder e suas relações entre os gêneros no exercício de sua espacialidade e territorialidade.

Para isso, debater sobre gênero e sexualidade aliado a Geografia causa grande incômodo dentro da academia, pois é formada principalmente por homens brancos, cisgêneros e heteronormativos no ápice da cadeia das relações de poder.

Contudo, estes debates existem há décadas, mas são constantemente contestados quanto à pesquisa, metodologias, bases teóricas e importância para a sociedade. Nisso, trazer a pluralidade cultural dentro do saber acadêmico, evidenciando as discussões dos sujeitos invisibilizados que apenas no século XXI, adentram a um certo protagonismo científico devido a coragem de alguns pesquisadores e pesquisadoras que buscam sobrepujar as relações hierárquicas assimétricas de poder.

Primeiramente, vale salientar que a Geografia em inúmeros momentos negligenciou a vivência dos corpos subalternos e

suas espacialidades, não percebendo suas transformações e relações com o espaço, além de nublar a discussão sobre o gênero e a sexualidade dos sujeitos, pois é centrada na construção heteronormativa e androcêntrica da ciência. No entanto, nas subáreas da Geografia, como a Geografia Urbana, Agrária, Política, Saúde, entre outras, apresenta-se de forma tímida e por vezes invisíveis algumas reflexões que se remetem à Geografia Feminista.

Para isso, é imprescindível discutir o conceito de gênero que adentra a seara da construção social, cultural e diferença sexual, deixando o binarismo de lado, visto que existem vivências dos corpos "trans" e "cis" não encaixados no binarismo heteronormativo, estudos sobre masculinidades e as mais notórias, das feminilidades que por vezes, são enraizadas, apenas no contexto da diferença do sexo biológico.

Buscaremos aqui trabalhar o gênero, não como algo hirto e eremítico, mas sim em vivências de multiplicidades sociais alocadas dentro do espaço, envolvidos pelas desigualdades e as relações de poder. Ressaltando que as perspectivas existentes atualmente na academia é que cada vez mais, homens encontram-se no bojo da produção das Geografias do Gênero e da Sexualidade e das Geografias Feministas produzindo conhecimento rompendo com o poder hegemônico, trazendo um discurso moderno, ético e político, ou seja, fazendo ciência.

A Nova Geografia Cultural permeia a construção deste trabalho por dialogar com as Geografias Feministas e do Gênero e da Sexualidade, principalmente, baseando-se nos textos de Judith Butler. Dialogar sobre a sexualidade e o gênero é compreender que tratam de construções sociais, além da binaridade sexual dos corpos biológicos sob a égide da heteronormatividade.

De acordo com Silva (2010), a Geografia brasileira tem se desenvolvido de forma lenta nas discussões sobre corpos, gênero e sexualidades, comumente pautadas no desenvolvimento das geografias dos países anglo-saxões do hemisfério Norte. Existe um confronto epistemológico, às sombras, que reduz as discussões de gênero e sexualidade à marginalidade, tratando-a com descaso e sarcasmo na academia (PEDROSO, et al, 2019).

Os debates sobre as relações de raça, sexualidade e gênero inserem-se no diálogo brasileiro no contexto da evolução dos

movimentos feministas a partir da década de 70. Esses movimentos surgem para reivindicar e consolidar novos sujeitos políticos, forças que cresceram e lutam por direitos, sendo movimentos decoloniais e anticoloniais, de etnicidades e racialidades, de gênero, ecológicos, homossexuais e feministas na sua maior expressividade e interseccionalidade.

As discussões de gênero se discutem desde a Idade Média, pois era bastante comum que as mulheres tivessem meninos, se durante a relação sexual e o gozo, o homem virasse a face para a posição Leste durante a ejaculação. Fora as iguarias como vinho tinto misturado com útero de mamíferos para que potencializasse o nascimento de um menino (BBC, 2016). Além disso, por questões culturais, as mulheres passaram de divindades pelo fato de gerar uma nova vida à rejeitadas por não darem filhos homens, por não se casarem, até de participarem como vítimas do movimento de caça às bruxas.

Assim, as ciências sociais transformam-se em sua base, de modo indolente, rompendo com os modelos tradicionais de reflexão baseados na construção epistemológica patriarcal, já que novos atores políticos - mulheres, homossexuais, *drag queens*, transgêneros, transexuais e travestis, não-binários, crianças, etc - rompem com as concepções tradicionais da academia.

Para Santos (1996) os movimentos sociais discernem novos modos de opressão, principalmente sobre os grupos minoritários que lutam para a obtenção ou manutenção de direitos, visando perpassar as dificuldades expressas pelo capital e na organização social, que aqui me atrevo dizer; baseada na organização social heteronormativa, branca, machista, sexista, e, misógina.

Com tais movimentos eclodindo por todo o planeta, é comum que novos questionamentos e estudos desenvolvam-se submetidos às novas práticas sociais. No entanto, de acordo com Ramón (2008), sendo a Geografia uma ciência que analisa os espaços geográficos e naturais, tem ignorado explicitamente o gênero como uma variável em potencial para a diferença socioeconômica e da ocupação espacial, tornando o masculino como uma verdade universal. Assim, Ramón (2008, p. 26) delinea que:

"(...)...hasta hace poco la Geografía analizaba la sociedad y el medio como un conjunto neutro, homogéneo y asexuado. Es decir, interpretaba el mundo desde una visión masculina y se tenían en cuenta tan sólo las experiencias de los hombres (...)".

Neste sentido, a Geografia Feminista se interseccionaria com a Geografia do Gênero da Sexualidade, por trazerem concepções de modificações das estruturas hegemônicas masculinas, pois adentram as esferas de poder, desigualdade social, ocupação espacial, violência e outras variáveis.

Os movimentos feministas surgem para questionar as "verdades" instituídas socialmente, a partir de questionamentos como "Quem as ditou?"; "Quais os critérios adotados?"; "Quem é capaz de validar conhecimentos na academia?"; "Porque as mulheres são subjugadas em diversos setores da sociedade?". Santos (1996) faz uma análise que concerne que o fim do Estado de Bem-Estar social e o movimento estudantil de 1968 traz novos paradigmas à tona nas reivindicações, pois percebe-se um isolamento dos movimentos operários e estudantis, sendo que dentro deles outras minorias se faziam presentes como as mulheres, negros e crianças.

As reivindicações das mulheres presentes no mercado de trabalho, fomentou a necessidade de creches para as crianças e melhores condições de trabalho. Além disso, acarretou mudanças na escala econômica, social, familiar e no crescimento da população, fazendo com que a mesma reduza (TELES, 1993; BRUSCHINI, 1994).

Nisso, no Brasil, na Ditadura Militar, um período que é marcado pelas reivindicações clandestinas, principalmente de mulheres que estavam insatisfeitas com o trabalho e a sociedade em que se encontravam, sendo do espaço urbano ou rural, bem como as mulheres dos bairros que criam uma dinâmica única para a defesa de seus direitos, foi palco para o desbrave do gênero

Nesse sentido, podemos entender que todo fenômeno submetido a espacialidade, torna-se viável para estudo, visto que se fundamenta no que é a Geografia, a ciência que estuda a relação do sujeito com o meio ambiente, sendo pertinente a produção da ciência geográfica.

Deste modo, a ciência geográfica pode abarcar o campo do gênero e sexualidade de forma ampla, com o objetivo de compreender o espaço construído por essa diversidade de identidades e relações. A partir dessa discussão, é possível adentrar em variadas temáticas, como: a divisão do trabalho doméstico e seu caráter patriarcal; a relação entre gênero e direitos humanos; as mudanças na relação entre gênero e sexualidade no contexto contemporâneo e espacial; a importância do feminismo na promoção de igualdade de gênero, e, entre outras.

Além disso, a ciência geográfica também se torna importante para a compreensão da forma como o gênero e a sexualidade são percebidos em um determinado lugar, permitindo assim o estudo da heteronormatividade e do heteropatriarcado como formas de dominação social. Por meio da análise desses elementos, a ciência geográfica pode auxiliar na compreensão de como o gênero e a sexualidade são construídos e vivenciados no espaço.

GEOGRAFIA, GÊNERO E SEXUALIDADE?

Na Geografia o espaço geográfico é a construção material da sociedade, é onde as relações sociais, a produção do capital, a existência da humanidade se expressa por meio das contradições. Mas, de certo, que nem todos os corpos foram explícitos nas produções geográficas, muitos tiveram sua existência negada pelas relações de poder androcêntricas (MONK & HANSON, 1987). Relações de poder que no debate epistemológico rompem com a neutralidade e a verossimilhança do saber científico e replicam o conhecimento baseado no eurocentrismo, no masculino, branco, binário, cisgênero e heterossexual.

Essas relações de poder podem ser percebidas nos seguintes aspectos: privilégios dados aos padrões culturais europeus na produção de conhecimento; predomínio do ponto de vista masculino na produção acadêmica; desvalorização dos saberes produzidos por grupos minoritários; preconceito de gênero e a subvalorização do trabalho feminino; desconsideração da diversidade sexual, gênero e sua apropriação do espaço; exclusão e silenciamento das vozes indígenas, negras e demais vozes minoritárias; a não inclusão de

narrativas, saberes e histórias de povos minorizados na construção do conhecimento científico.

Nesse sentido, as abordagens metodológicas que devem ser adotadas devem partir de um olhar interseccional, pois, de acordo com essa teoria, a opressão e a discriminação que esses grupos sofrem não é resultado de uma única variável, mas sim de diversos fatores, como gênero, raça, orientação sexual, etc.

Esse olhar interseccional também pode ser aplicado ao uso de dados qualitativos e quantitativos para a análise de questões como o emprego, a renda, o acesso à saúde, a educação e outros direitos. Dessa forma, pode-se entender melhor como a multiplicidade de fatores contribui para a exclusão desses grupos.

Neste contexto, surge a necessidade de buscar trazer à tona grupos minoritários dentro das produções científicas como travestis e transexuais, *queer*, mulheres, homossexuais e lésbicas, apresentando as suas vivências urbanas e rurais, suas expressões no espaço, distribuição espacial, classe socioeconômica, deslocamentos, presença nas relações de produção em uma sociedade patriarcal.

Até meados dos anos 90, era comum alguns trabalhos intitulados como "*queers*" serem apresentados como um conhecimento científico e libertador, porém não representava as pessoas não brancas, sejam elas mulheres ou homossexuais. Existia a necessidade da construção científica de fato, que gerasse uma evolução no saber científico trazendo visibilidade as pessoas não imersas na branquitude ocidental científica.

Assim, a Teoria *Queer*, entendida como um estudo que abrange a diversidade de identidades de gênero, sexualidades e relações de poder, foi criada a partir de uma crítica ao binarismo de gênero e às concepções tradicionais da sexualidade, e foi projetada para incluir um espectro maior de identidades e experiências (FOUCAULT, 1988).

A produção taciturna de vários grupos sociais remete-se a uma Geografia arcaica que teve sua construção histórica permeada pelo poder dos grupos hegemônicos, tendo levadas a ela o rompimento com a negligência e o debate sobre a epistemologia geográfica frente aos corpos subalternos. O conhecimento científico expressa a visão de mundo e da posição de poder de quem faz ciência, então cabe à Geografia buscar compreender de qual perspectiva essa ciência se desenvolveu. É crucial que a Geografia se abra para a

diversidade, buscando entender a realidade local e global e compreender os diferentes modos de produção de conhecimento, valorizando a produção de grupos subalternos e considerando-a um conhecimento válido.

O silêncio não existe, por causa da inexistência espacial destes sujeitos, mas sim pela ausência de poder, por serem contraditórios e não por serem a-espaciais, visto que pela falta de poder, são facilmente silenciados e esquecidos. Este silêncio pode ser devido à inibição ou intimidação dos sujeitos, devido à repressão, à discriminação, à violência, à falta de acesso aos meios de comunicação, à falta de representatividade política, à falta de condições de participação no debate público e à falta de espaço para expor suas ideias.

Ademais, a ponto de compreensão desse poder, se pensarmos sobre o quantitativo de quem faz ciência na academia, ao analisarmos, perceberemos que a quantidade de homens e de mulheres que ocupam cargos docentes ou de gestão é discrepante; e para refletir mais ainda, se adentrarmos às questões de racialidade e sexualidade a diferença se torna inquietadora (VALENTINE, 2007).

Ademais, os próprios eventos científicos, como simpósios, congressos, jornadas, fóruns, entre outros, só vieram a ter Grupos de Trabalho – GTs – específicos para os debates de Gênero e Sexualidade a partir dos anos 2000. No entanto, por vezes, incorporam inúmeras temáticas em uma grande sopa de eixos que deveriam ser estudados isoladamente como religiosidade, etnicidade, sexualidade, entre outros. Essa invisibilidade, trata-se de uma forma de protecionismo das relações de poder do discurso androcêntrico e hegemônico (SILVA, NAZBONY e ORNAT, 2011; FOUCAULT, 1988).

De acordo com Silva e Ornat (2016), a Geografia vem consolidando os estudos das relações de gênero e sexualidade, desde os meados dos anos 90; principalmente pelas produções acadêmicas de Rosa Ester Rossini que é extremamente importante para o desenvolvimento da geografia do gênero e Feminista no Brasil e para o estabelecimento de novas referências e trabalhos voltados para o tema. Com seus estudos e orientações, Rossini contribuiu para o desenvolvimento de uma ciência mais justa, igualitária e inclusiva, que possa levar à compreensão e à igualdade de gênero no mundo.

No entanto, há um silenciamento das vozes femininas na produção acadêmica, como por exemplo de autoras como Joseli Maria Silva, Maria das Graças Silva Nascimento, Maria Franco García, entre outras. Embora os esforços e trabalhos desses nomes tenham sido fundamentais para o avanço da ciência, a falta de reconhecimento de seu trabalho é ainda mais preocupante. Além disso, é importante destacar que muitas destas mulheres tiveram que enfrentar o machismo e o patriarcado vigentes em sua época, o que dificultou ainda mais o reconhecimento de seus trabalhos.

Deve-se, portanto, lembrar e destacar o trabalho que essas mulheres realizaram, para que possamos trazer suas contribuições para a luz e, assim, não só homenageá-las, como também ensinar aos novos geógrafos sobre a importância de suas contribuições para o campo. Para isso, é necessário incentivar pesquisas que dêem voz aos corpos subalternos, reduzindo o poder hegemônico do patriarcado acadêmico.

O processo de construção do conhecimento geográfico parte do reconhecimento de que a produção da ciência tem sido histórica e socialmente influenciada. Assim, acredita-se na importância de reconhecer e valorizar a diversidade de perspectivas, abordagens e métodos de estudo para compreender e interpretar os vastos e complexos fenômenos geográficos que constituem o mundo.

A construção de um conhecimento geográfico moderno envolve o questionamento contínuo dos paradigmas existentes e o estabelecimento de novas metodologias que considerem as múltiplas dimensões do espaço, tais como a influência das relações de poder, de gênero, de raça e etnia, de identidade de lugar, de movimentos migratórios, de mudanças sociais, entre outras contribuindo para a instauração de relações de igualdade entre os grupos sociais.

A Geografia abarca aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos, que influenciam a maneira como as pessoas se relacionam com o espaço. Isso permite que a Geografia seja uma ferramenta importante para entender os mecanismos que estruturam as relações sociais e a cultura, bem como as tensões que permeiam o cotidiano dos grupos sociais minoritários: *queers*, mulheres, homossexuais, transgêneros, transexuais, travestis, negros entre outros. Por meio do estudo do espaço, a Geografia consegue abarcar, compreender e analisar esses debates e tensões, possibilitando assim

uma melhor compreensão das relações sociais e a forma como elas estão estruturadas (DIAS e BLECHA, 2007).

AS GEOGRAFIAS

De acordo com Massey (2008), existem inúmeras Geografias que estudam ou utilizam dos inúmeros sujeitos sociais e suas dinâmicas espaciais para compreender a organização do espaço e o modo de vida. É nesta perspectiva que o olhar sobre os demais grupos – os não hegemônicos – deve ser exercitado para a compreensão do seu exercício espacial.

Para tanto, a Geografia do Gênero e Sexualidade é uma subárea que tem como objetivo abordar como as desigualdades de gênero afetam a distribuição espacial das relações sociais. É uma área que se interessa pelo modo como o gênero é construído socialmente e como isso afeta a produção de espaços físicos, a distribuição de recursos, o mundo do trabalho e a participação política. Ela também investiga as formas como o gênero é construído e reforçado pelas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais, bem como as formas como essas estruturas podem ser transformadas. A Geografia de Gênero e Sexualidade também busca entender as formas como os grupos subversivos transformam e experienciam o espaço de maneiras significativamente diferentes (SILVA, 1998).

De acordo com Santos (1978, p. 122), o espaço geográfico:

Deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (SANTOS, 1978, p.122).

Desse modo, o espaço geográfico é, portanto, um fenômeno social que possui características próprias, que interagem com

outras características e que são produzidas pelos atos humanos. Além disso, o espaço não é apenas um meio, mas também um fim, pois é significativo para as relações sociais, sendo produto e simultaneamente produtor.

Assim, o espaço não é apenas um lugar físico, mas também um lugar simbólico - um lugar de significado, que é produzido e recriado através de ações humanas. O espaço é o resultado de complexas estruturas sociais, culturais e históricas, e as respostas a essas estruturas podem ser encontradas nas trajetórias que são traçadas por pessoas dentro do espaço. Nisso, o espaço é um lugar dinâmico, construído e recriado pelas ações humanas e suas multiplicidades.

De alguma forma, essas práticas acabam influenciando as relações de poder no espaço. O corpo é um dos principais meios de expressar essas relações de poder, tanto no que diz respeito às hierarquias sociais quanto às relações de gênero. Além disso, as práticas socioespaciais também influenciam na maneira como o corpo é visto e tratado no espaço. Por exemplo, o espaço público é comumente visto como um lugar de liberdade, porém, ao mesmo tempo, é marcado por hierarquias sociais e relações de poder que acabam por limitar essa liberdade (SILVA; ORNAT, 2016).

Mediante a isso, o corpo e a relação com o espaço são elementos intrínsecos de qualquer prática socioespacial. Uma vez que o espaço é marcado por hierarquias e relações de poder, é necessário que sejam estabelecidas políticas que possam promover a autonomia das pessoas no que diz respeito à sua relação com o espaço. Dessa forma, pode-se garantir que o corpo não seja mais visto como um meio de estabelecer ou manter relações de poder no espaço, mas sim como um meio de promover a liberdade e autonomia dos indivíduos.

GÊNERO E A SEXUALIDADE COMO UM “NOVO” OLHAR PARA A GEOGRAFIA

Ao analisar questões de gênero, é importante ter em mente que elas são influenciadas por diferentes fatores, como a cultura, a história e a religião. Esses fatores podem afetar a forma como as pessoas percebem e interpretam os papéis de gênero, bem como o que é considerado a norma de gênero em uma cultura ou em uma

época específica. Por exemplo, em alguns lugares, as mulheres são vistas como responsáveis por realizar tarefas domésticas, enquanto os homens são vistos como responsáveis por prover a renda para a família. Em outros, essas expectativas podem ser invertidas. Por isso, é importante lembrar que as questões de gênero são construídas e interpretadas de forma diferente de acordo com a cultura, a localidade e a época.

Por exemplo, sexo está atrelado às questões biológicas como macho, fêmea e intersexual, diretamente exposto à presença da genitália específica; já orientação sexual refere-se por quem o sujeito sente-se atraído podendo ser heterossexual, homossexual, pansexual, assexual, bissexual, entre outros; e identidade de gênero adentra ao campo do pertencimento seja ela uma pessoa cisgênero – enquadra-se no gênero atribuído – sendo masculino e feminino e as pessoas transgêneros que apresentam uma identificação e representação discordante do que lhe foi atribuído ao nascer.

Nesse sentido, as práticas culturais, as relações de poder e as configurações de espaço são produtos de processos históricos, que envolvem interações entre grupos, tais como classes, raças e gêneros (MCDOWELL, 2007). Assim, a análise espacial fornece meios para compreender quem tem acesso a quais recursos, quais são as desigualdades sociais e quem tem a capacidade de agir sobre o espaço. Por meio dela, é possível investigar os efeitos das relações de poder na produção de desigualdades sociais e no acesso a recursos e direitos.

A construção do espaço ou do território trata-se de algo complexo, visto que a construção reflete de diversas vertentes de ordem social, temporal e cultural, podendo sofrer mudanças constantemente. E ao entendermos que território se refere às relações de poder, local das diferenças e das relações (SAQUET, 2010), é compreensível que diversos corpos dissidentes ocupam um determinado espaço, determinando-o por suas relações sociais criando uma relação de poder, como o território da prostituição de uma cidade.

De acordo com Silva (2014) estudar o gênero na Geografia é compreender a ocupação e a dinamização do espaço por todos os corpos pertencentes à sociedade, e que dentro desses corpos existem significados e sujeitos que se organizam em grupos sociais,

principalmente, aqueles que não se enquadram ao perfil heteronormativo da sociedade.

A Geografia do Gênero e da Sexualidade, muitas vezes, é também o resultado de um processo de luta e resistência para mudar o *status quo* do pensamento geográfico. Ela busca confrontar as narrativas tradicionais e ampliar a discussão sobre questões de gênero e sexualidade, bem como seus impactos no espaço. Esta abordagem geográfica também tem permitido aos estudiosos aprofundar as discussões sobre as formas como as relações de poder e as hierarquias de gênero e sexualidade, estão associadas ao espaço. O objetivo desta abordagem é entender como as identidades, as relações e as representações de gênero e sexualidade se manifestam em diferentes contextos e como esses contextos, por sua

Para isso, Silva (2014, p. 122) o ensino da Geografia tem o papel de compreender e, por conseguinte, ensinar o espaço geográfico a partir da visão de gênero, que busca considerar as desigualdades estruturais que envolvem mulheres e homens e demais corpos, assim como as relações de poder que estes vivenciam. A inserção da perspectiva de gênero e das questões relacionadas ao espaço geográfico permite uma compreensão mais profunda e ampla do fenômeno, desenvolvendo a criatividade, a crítica e a capacidade de perceber as relações entre os diversos elementos do espaço.

A Geografia de Gênero nos ajuda a compreender como o espaço é construído socialmente, mostrando as diferentes formas que as pessoas enfrentam ao lidar com a desigualdade de gênero. Ela também mostra como as relações de gênero são estruturadas e como elas se manifestam em contextos específicos, como o trabalho, o lazer, a moradia e o uso do espaço. Ao analisar o espaço através da ótica de gênero, é possível identificar relações desiguais entre homens e mulheres e entender como elas moldam a vida cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, ao longo do estudo, foi possível observar a necessidade de se discutir questões que colocam em evidência as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais existentes entre os sujeitos geograficamente situados em seus diversos

espaços/territórios. Tais desigualdades estão fortemente relacionadas ao campo das relações de gênero, que permeiam a sociedade, e que podem ser compreendidas à luz da Geografia de Gênero e da Sexualidade quanto da Feminista. Essas duas abordagens, que vêm ganhando espaço na academia brasileira, têm contribuído para a compreensão dos fenômenos geográficos a partir de uma perspectiva de gênero, buscando desconstruir os estereótipos e os “olhares masculinizados” que permeiam as análises geográficas.

É necessário entender que a Geografia tem um papel primordial na reflexão sobre gênero, pois ela tem a capacidade de analisar como a desigualdade de gênero é produzida e reproduzida socialmente no espaço. Assim, a Geografia deve ser utilizada como ferramenta de análise e reflexão sobre a desigualdade de gênero nas diferentes regiões do mundo, ressaltando a necessidade de se promover a igualdade de gênero e evitar as desigualdades que são produzidas socialmente. Além disso, é importante que a Geografia seja utilizada para compreender as questões de gênero de uma forma holística, pois é necessário perceber como essas questões se relacionam com outros fatores no espaço, como a economia, a política, a cultura, o meio ambiente e outros.

Por fim, acredita-se que os estudos oriundos da Geografia de Gênero e Feminista são fundamentais para compreendermos a dinâmica das relações sociais e a construção do espaço geográfico, e que os debates que envolvem essas abordagens precisam ser ampliados e aprofundados, pois é através deles que conseguiremos compreender os processos de resistência e de luta envolvendo o gênero na Geografia.

REFERÊNCIAS

BBC. Os inusitados fatores que definem o sexo de um bebê. Disponível: < <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-37717985>>. Acesso em: 10 Nov. 2022.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: A Experiência Vivida. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em: 03 de set. 2022

BRUSCHINI, C. **O trabalho da mulher no Brasil:** tendências recentes. In: Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. São Paulo: ABET Vol.1, 1994.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed, 2008.

_____. **Cuerpos que importan:** sobre los limites materiales y discursos del "sexo". 1º ed. Buenos Aires – Argentina, Paidós, 2002, 352 p.

DIAS, K.; BLECHA, J. "**Feminism and Social Theory in Geography**", The Professional Geographer, 59(1), pp. 1-9. 2007.

MASSEY, D. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Trad. MACIEL, H. P; HAESBAERT, R. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312 p.

MILLET, K. **Sexual politics.** Chicago: University of Illinois Press, 2000.

MONK, J; RAMON, M. D.. Gárcia. Geografia Feminista: uma Perspectiva Internacional. Documents d'Anàlisi Geogràfica, vol. 10, p. 147-157, 1987.

ORNAT, M. J. **Entre territórios e redes geográficas:** considerações sobre a prostituição travesti no Brasil meridional. Terr@Plural, Ponta Grossa, v.3, n.1, p.89-101, jan./jul. 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMON, M. D. G.: **¿Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?** SEMATA, Ciencias Sociais e Humanidades, ISSN

1137-9669, 2008, vol. 25-51. Disponível em: <https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/4519/pg_025-052_semata20.pdf;jsessionid=BC2FABFF1A2D29960C651E96021426D0?sequence=1>. Acesso em: 14 Ago 2022.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SAQUET, M. A. **O desenvolvimento territorial como práxis para a transformação social** (palestra na FECILCAM). 2010.

SILVA, J. M; ORNAT, M. J. **Corpo como espaço:** um desafio a imaginação geográfica. In: PIRES, C. L. Z; HEIDRICH, Á. L; COSTA, B. P. Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016. p. 56-75.

SILVA, J. M. **Ensino de Geografia:** novos temas para Geografia escolar. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. 127 p.

SILVA, J. M. **Geografias feministas, sexualidades e corporalidades:** desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: _____ (Org.). Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, J. M; NABOZNY, A.; ORNAT, M. J. **A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica:** uma questão de escolhas metodológicas. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIMJUNIOR, A. B. (Org.). Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas. Editora Toda Palavra, Ponta Grossa, 2011.

TELES, M. A. **Breve História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

VALENTINE, G. **Theorizing and researching intersectionality:** A challenge for Feminist Geography. Professional Geographer, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007